



FEVEREIRO DE 2017

## **Mudança de Cenário: *da unipolaridade à multipolaridade geopolítica***

**Yuri Martins-Fontes**

O que é que Venezuela, Equador, Filipinas, Ucrânia, Síria ou Líbia têm em comum? Todos estes países têm (ou, recém-derrotados, tiveram) projetos políticos que visam uma relativa independência dos Estados Unidos e de suas imposições políticas neoliberais, apesar das acentuadas diferenças ideológicas destas nações, cujos governos vão das democracias populares latino-americanas, até regimes por vezes autoritários – mas que embora mantenham sua estrutura capitalista interna, demonstram preocupações nacionalistas (afastando-se do neoliberalismo).

Essas nações, que sempre foram invisíveis ao centro do sistema, em consequência de sua posição geopolítica não-alinhada – que paulatinamente vem afetando a até há pouco inquestionável unipolaridade dos EUA nas relações de poder internacionais –, de repente viram seu cotidiano nacional se tornar tema frequente (e negativo) das agências corporativas de notícias que comandam o que se fala, ouve e pensa no mundo.

Alguns destes países, ao serem “descobertos” pela mídia conservadora global como sendo lugares realmente “existentes” – e “com história” –, acabariam por ver seus governos não-alinhados passarem a sofrer oposição feroz dessa imprensa representante da oligarquia global que constrói os discursos repetidos pelo mediano das classes médias, jornais, televisões, sempre a clamar por um suposto “retorno à democracia”. Veja-se que ainda hoje, mesmo após a exposição

de provas do apoio dos EUA e UE ao Estado Islâmico e grupos mercenários contra seu desafeto Al-Assad, na Síria, não é raro encontrar (inclusive dentre posições *centro-humanistas* – ou “do bem”, como se autodenominam agora) quem se disponha a argumentar que a Síria era uma ditadura sangrenta e “portanto” os EUA lá estavam (ao lado dos “terroristas” do EI, aliás) para “civilizá-los”.

Sobre tais nações não alinhadas com o consórcio neoliberal trataremos nos próximos meses – mas para tanto, cabe antes uma contextualização histórica sobre a conjuntura geopolítica atual.

### **EUA: do cume ao início da queda**

O motivo da mencionada guerra ideológica, que sempre vem acompanhada da guerra econômica (desestruturadora da economia nacional) é nitidamente o desejo desesperado dos EUA de tentar retomar seu protagonismo unilateral perdido, cuja consolidação se deu com a “exportação” de suas políticas neoliberais a partir dos anos 1980 (embora em nossa América tardia, a “década perdida” tenha sido os 1990 de FHC's e Menem's). Desde os 1970, os EUA, pressionados de um lado pela competição de uma Europa do pós-Guerra já reerguida, e de outro por movimentos sociais (estudantis, pacifistas, negros, trabalhistas, camponeses) que se levantam mundo afora, passariam a impulsionar a financeirização da economia (de que haviam tomado as rédeas na ocasião das crises do petróleo, ao romper unilateralmente a conversibilidade dólar-ouro). Daí, até o fim do século XX os EUA foram se firmando como a “única” potência, movimento que teria como clímax a derrota soviética (após o cerco efetivado pela força geopolítica – econômico-militar – dos EUA e de seus aliados menores europeus-ocidentais).

A eleição de Trump mostra, conforme já discutido nesta coluna, não uma “efetiva” ascensão da direita enquanto ideologia (pois grande parte dos estadunidenses, sujeita desde cedo a uma educação castradora e de baixa qualidade, não chega ao discernimento sobre o significado de se votar em um “Trump”). Antes, sua ascensão mostra o pico da fragilidade vivida pelos EUA. Se desde os citados eventos dos anos 1970, os EUA passariam a dominar gradual e amplamente o cenário geopolítico – sendo que nos 1990 alcançam a posição histórica singular de serem a única superpotência mundial –, o que ocorre agora é um movimento de fechamento diante do mundo, mostrando que já não é confortável se manter em acordos de *livre-rapinagem*, quando não se está tão por cima na tal da “competitividade”.

Segundo o estudo “Evolução Geopolítica: cenários e perspectivas” – capítulo do amplo e crítico relatório *Inserção Internacional Brasileira: temas de política externa*, produzido em 2010 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (portanto antes do golpe de 2016 que lançaria o

Brasil de volta à condição de capacho internacional) –, o início desta “virada” no cenário das relações dos poderes globais, nos remete a uma ação conjugada de diversos fatores. Dentre eles, se destacam:

- o aumento do poderio econômico e militar de grandes nações “semi-periféricas” que jamais se integraram ao sistema de segurança internacional forjado pelos EUA desde o fim da II Guerra – casos, especialmente, da Rússia e da China;

- a relativa afirmação da União Europeia através de políticas de planejamento estratégico mais independentes (mesmo que agora ameaçadas pela desunião europeia que se testemunhou no “Brexit”, ou nas graves crises na Grécia, Espanha, etc), o que fez com que os EUA perdessem (ao menos em certa medida) seu poderio sobre os europeus-ocidentais, estas pequenas potências modernas que foram suas vassalãs incondicionais desde meados do século XX;

- a forte difusão de tecnologia bélica, a que tiveram acesso mesmo atores não-estatais, empenhados em diferentes formas de guerra de resistência contra a superpotência, o que arrastaria os arrogantes (e incosequentes) governos dos EUA para o abismo de guerras sem fim – guerras sem possibilidade de uma “vitória final”, pois que sua capacidade técnica acabou por ser “neutralizada” –, casos da invasão do Iraque, do Afeganistão e de certo modo do golpe laranja de 2014, na Ucrânia;

- e ainda, a fragilização da própria economia estadunidense, consequência de sua baixa taxa de poupança, de seus défices crônicos (aprofundados pelos conflitos que promoveu mundo afora), e do crescimento acelerado de sua dívida.

As conclusões do relatório do IPEA apontam para três eventos geopolíticos que, nos últimos anos da década de 2000, foram chaves para desencadear essa transformação da recente *unipolaridade* à nova *multipolaridade* (em que novos atores estatais fazem frente aos EUA, caso dos BRICS):

- a crise financeira internacional de 2008, a primeira a atingir o coração do capitalismo, desde a *quebra* de 1929, motivada pela intensa desregulamentação dos mercados, que se tornam vulneráveis aos ataques especulativos, problema que teve por “receitas salvadoras” sempre soluções “pela direita”, ou seja, com mais privatizações, mais abertura comercial externa, enfraquecimento de grupos econômicos nacionais e transferências maciças de ativos ao cada vez mais fortalecido capital financeiro –conjunto de acontecimentos que gerariam o “efeito dominó” de quebra bancária nos EUA, estancado pela salvação *estatal* das instituições financeiras, mediante dinheiro público e emissão de moeda, o que deixaria como saldo uma crise econômica em nível

mundial (porém, ao contrário dos 1980, quando o Japão cede e desvaloriza o iene, para melhor “socializar” a recessão dos EUA, a China, potência nuclear, se negou ao mesmo gesto com seu yuan – e assim o prestígio do dólar segue em queda);

– o fracasso em 2008 da Rodada de Doha da OMC (sobre o comércio internacional, em especial agrícola), o que já se desenhava desde a “intervenção espetacular dos movimentos sociais” contra a reunião de pré-negociação de Seattle, em 1999 – quando os movimentos “antiglobalização”, massificados pela pauperização rural global promovida por décadas de agronegócio e liberalismo, arrebatariam multidões e logo as páginas da mídia comercial –, fracasso que efetivamente adquire poder de transformação política quando na reunião de Cancún (2003) acontece uma inédita articulação entre países periféricos que juntos logram fortalecer suas posições (coalizão que ganharia características de “bloco”, semente da consolidação dos BRICS) contra o protecionismo comercial das potências capitalistas, ressuscitando a “clivagem Norte-Sul” diluída desde a hegemonia liberal começada nos anos 1980, em uma escalada de conflitos que atinge seu auge com a *crise do preço dos alimentos* de 2007-2008 que lançaria à fome o número récorde de *um bilhão* de seres humanos;

– e o conflito russo-georgiano pela Ossétia do Sul (2008), cujos antecedentes podem ser vistos no apoio estadunidense-europeu-ocidental aos golpes (vendidos na mídia sob o nome de “revoluções laranjas”) no Leste da Europa, e ao separatismo de Kosovo (frente à enfraquecida Sérvia, ex-centro da potência não-alinhada que foi a Iugoslávia), e nas tensões em torno do abastecimento de gás à Europa, bem como na agressão branda à Rússia, promovida pela OTAN (com seu projeto de instalar bases de defesas antimísseis da Polônia e Tchécua) – este último, o fator que desencadeou a incomum quebra de protocolo de Putin, ao acusar publicamente os EUA de desprezarem o *direito internacional*, pelo seu próprio *interesse nacional* –, de modo que na ocasião do avanço militar georgiano sobre a província rebelde, a Rússia reage com tal força, que surpreende os analistas e militares dos EUA-UE, mostrando dispor de um aparato bélico bastante menos obsoleto de que o imaginado pela OTAN (e tal poderio somente aumentaria desde então, e não apenas na Rússia, mas na China, que na mesma época testa com sucesso sua arma anti-satélites, ameaçando a integridade do sistema espacial estadunidense, até então “senhor absoluto” dos chamados “espaços comuns”).

Essa presente transformação do cenário de poder mundial segue a passos largos, como se pôde

observar na batalha empreendida pelas forças russas para a libertação de Aleppo (e pela paz na Síria), à revelia dos interesses destrutivos das potências ocidentais – mais um marco dessa mudança –, embora não se possa desprezar o fato de que os Estados Unidos ainda conservem parte de sua hegemonia geopolítica e um grande poderio de destruição.

Na próxima coluna, examinemos os efeitos desta nova configuração multipolar (que se delinea cada vez com mais nitidez), através da análise da política externa de algumas das nações atualmente não-alinhadas.